



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005149-86.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Angelo Roberto Zambon**
 Requerido: **Vivo S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que mantinha linha telefônica junto à ré, na modalidade pós-paga, até que passou a não conseguir realizar ligações, exceção feita às de linha da própria ré.

Alegou ainda que foi a uma loja da ré, onde recebeu a informação de que seu plano havia sido alterado de pós-pago para pré-pago, o que refutou ter levado a cabo.

Almeja ao restabelecimento do plano pós-pago que antes vigorava, bem como ao ressarcimento dos danos morais que experimentou.

A preliminar de incompetência deste Juízo para o processamento do feito suscitada pela ré em contestação não merece acolhimento.

Com efeito, a controvérsia prescinde para ser dirimida de qualquer exame pericial, até porque não se sabe em que ele consistiria.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Rejeito a prejudicial arguida, pois.

No mérito, o autor negou ter procedido à modificação de seu plano de telefonia de pós-pago para pré-pago e em face disso seria de rigor que elementos mínimos fossem amealhados para denotar que tal alteração sucedeu validamente.

Tocava à ré a demonstração pertinente, seja diante do que dispõe o art. 6º, inc. VIII, parte final, do Código de Defesa do Consumidor (cujos requisitos estão presentes), seja na forma do art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil (não sendo exigível que o autor fizesse prova de fato negativo), mas ela não se desincumbiu desse ônus.

Nesse sentido, salientou que a propalada modificação ocorreu com o consentimento do autor (fl. 67, terceiro parágrafo), mas nada coligiu a propósito, além de não demonstrar interesse no alargamento da dilação probatória (fl. 149).

Ora, não há nos autos sequer um indício de que o autor tenha solicitado a modificação do seu plano de telefonia ou ao menos concordado com isso.

Nenhum documento (se o fato assim se passou) ou gravação (se contato telefônico tivesse acontecido) foi apresentado e bem por isso se reconhece a falta de respaldo para o procedimento da ré.

Em consequência, acolhe-se a postulação exordial para o restabelecimento da linha do autor ao status quo ante, mas como o plano originário deixou de ser comercializado deverá ser atendida a solicitação de fls. 229/230, inclusive a partir de oferta da ré.

Por outro lado, os danos morais do autor estão configurados.

Ele de um momento para o outro viu a utilização de sua linha telefônica limitada em larga medida sem que de algum modo tivesse contribuído para tanto.

Como se não bastasse, a ré ao longo do tempo não tomou as providências necessárias para a resolução do problema, o qual persistiu sem que houvesse razão justificadora.

Não dispensou ao autor o tratamento que lhe seria exigível, portanto.

Se esse panorama já aponta para o excessivo desgaste do autor, ele fica mais claro quando se nota que a linha era usada no desempenho de sua atividade profissional.

É o que basta para a caracterização dos danos morais passíveis de ressarcimento.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pelo autor, que transpõe o excessivo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a (1) disponibilizar ao autor o plano mencionado a fl. 212, último parágrafo, a um custo mensal de R\$ 98,00, no prazo máximo de cinco dias, bem como a (2) pagar ao autor a quantia de R\$ 8.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Intime-se a ré pessoalmente desde já para cumprimento da obrigação de fazer prevista no item 1 supra, independentemente do trânsito em julgado da presente (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Caso a ré não efetue o pagamento da importância referida no item 2 supra no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 02 de fevereiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**